

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, o Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 34,7 milhões, correspondente a R\$ 13,50 por lote de mil ações. Patrimônio Líquido de R\$ 2,3 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,5 bilhões.

Osasco, SP, 29 de julho de 2015.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	862.563	485.585	CIRCULANTE	99.456	21.448
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	DEPÓSITOS (Nota 9a)	80.559	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	635.423	289.136	Depósitos Interfinanceiros	80.559	-
Aplicações em Mercado Aberto	13.217	8.644	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.899	21.448
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	622.206	280.492	Sociais e Estatutárias (Nota 12c)	329	681
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	8.844	18.680	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	17.920	20.587
Carteira Própria	-	10.234	Diversas (Nota 11b)	650	180
Vinculados à Prestação de Garantias	8.844	8.446			
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	56.176	88.362
Transferências Internas de Recursos	-	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	56.176	88.362
OUTROS CRÉDITOS	218.294	177.754	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	45.041	73.678
Rendas a Receber (Nota 7a)	156.285	151.494	Diversas (Nota 11b)	11.135	14.684
Diversos (Nota 7b)	62.009	26.260			
OUTROS VALORES E BENS	11	56	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.305.626	2.225.686
Outros Valores e Bens	52	56	Capital:		
Provisões para Desvalorizações	(52)	(56)	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.350.000	1.350.000
Despesas Antecipadas	-	11	Reservas de Lucros (Nota 12b)	955.162	875.102
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	432.505	429.564	Ajustes de Avaliação Patrimonial	464	584
OUTROS CRÉDITOS	432.505	429.564			
Diversos (Nota 7b)	432.505	429.564	TOTAL	2.461.260	2.335.496
PERMANENTE	1.166.192	1.420.347			
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.166.192	1.420.347			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.161.085	1.415.240			
Outros Investimentos	25.872	25.872			
Provisões para Perdas	(20.765)	(20.765)			
TOTAL	2.461.260	2.335.496			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.522	38.673
Operações de Crédito	69	(65)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 8b)	3.453	38.608
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.179	(33)
Operações de Captações no Mercado (Nota 8b)	10.179	-
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(33)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.657)	38.706
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	30.043	43.917
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(4.126)	(3.386)
Outras Despesas Administrativas (Nota 14)	(19.041)	(1.773)
Despesas Tributárias (Nota 15)	(791)	(2.055)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	76.718	55.019
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	19.710	6.327
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(42.427)	(10.215)
RESULTADO OPERACIONAL	23.386	82.623
RESULTADO OPERACIONAL (Nota 18)	23.386	82.623
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	23.386	82.623
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	11.302	(10.978)
LUCRO LÍQUIDO	34.688	71.655
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$	13,50	27,89

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Eventos						
Saldos em 31.12.2013	1.300.000	51.915	1.302.213	353	-	2.654.481
Aumento de Capital com Reservas	50.000	-	(50.000)	-	-	-
Dividendos Declarados	-	-	(500.000)	-	-	(500.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	231	-	231
Lucro Líquido	-	-	-	-	71.655	71.655
Destinações - Reservas	-	3.583	67.391	-	(70.974)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(681)	(681)
Saldos em 30.6.2014	1.350.000	55.498	819.604	584	-	2.225.686
Saldos em 31.12.2014	1.350.000	57.805	862.998	552	-	2.271.355
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(88)	-	(88)
Lucro Líquido	-	-	-	-	34.688	34.688
Destinações - Reservas	-	1.734	32.625	-	(34.359)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(329)	(329)
Saldos em 30.6.2015	1.350.000	59.539	895.623	464	-	2.305.626

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	23.386	82.633
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.377)	(53.232)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(76.718)	(55.019)
Amortizações de Ativo	8.151	-
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(33)
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	(8.198)	1.830
Reversão de Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	-	(12)
Outras Provisões	33.388	2
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(19.991)	29.401
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(622.206)	477.538
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.550	(5.284)
Redução em Relações Interdependências	50	979
Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	110.052	5.109
Redução em Operações de Crédito	-	334
Redução em Depósitos	(89.822)	-
Redução em Outras Obrigações	(13.167)	(8.443)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(4.014)	(11.217)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(637.546)	488.417
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Redução de Capital em Dinheiro de Investida	216.755	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	10
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Controladas	409.517	952
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	626.272	962
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.119)	(501.229)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.119)	(501.229)
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.395)	(11.850)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	25.614	20.496
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	13.219	8.646
Redução Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.395)	(11.850)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
1 - RECEITAS	(19.195)	(67,9)	34.828	39,5
1.1) Intermediação Financeira	3.522	12,4	38.673	43,9
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-
1.3) Outras	(22.717)	(80,3)	33	(4,4)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.179)	(36,0)	-	-
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(10.890)	(38,4)	(1.773)	(2,0)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(100)	(0,3)	(1.377)	(0,2)
Serviços Técnicos Especializados	(10.750)	(38,0)	(1.590)	(1,8)
Processamento de Dados	(3)	-	-	-
Comunicação	(3)	-	(3)	-
Transporte	(4)	-	(7)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(9)	-	(7)	-
Outros	(19)	(0,1)	(19)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	(40.264)	(142,3)	33.055	37,5
5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	(8.151)	(28,8)	-	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	(48.415)	(171,1)	33.055	37,5
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	76.718	271,1	55.019	62,5
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	76.718	271,1	55.019	62,5
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	28.303	100,0	88.074	100,0
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	28.303	100,0	88.074	100,0
9.1) Pessoal	3.843	13,5	3.150	3,5
Proventos	1.260	4,4	1.050	1,2
Benefícios	2.583	9,1	2.100	2,3
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	(10.228)	(36,1)	13.269	15,1
Federais	(10.228)	(36,1)	13.269	15,1
9.3) Remuneração de Capitais Próprios	34.688	122,6	71.655	81,4
Dividendos	329	1,2	681	0,8
Lucros Retidos	34.359	121,4	70.974	80,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Boavista" ou "Instituição") é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não atizados, estão apresentados na Nota 20.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação da CVM nº 594/09, sendo:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Núcleo Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Ações e cotas	9.724	9.724
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	1.547	1.547
Subtotal	25.872	25.872
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em ações e cotas	(9.724)	(9.724)
Provisão para perdas em outros investimentos	(509)	(509)
Subtotal	(20.765)	(20.765)
Total	5.107	5.107

9) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	80.559	80.559
Total em 2015	80.559	80.559
Total em 2014	-	-

b) Despesas com depósitos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Depósitos interfinanceiros	10.179	10.179
Total	10.179	10.179

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do semestre	13.777	13.938
Constituições líquidas de reversões e baixas	(1.099)	(8.028)
Atualização monetária	770	159
Pagamentos	(2.313)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 11)	11.135	6.070
Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 11)	14.684	13.831

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições a recolher (1)	56.198	74.080
Provisões fiscais (Nota 10b - III)	6.070	13.831
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	5.492
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 20c)	693	862
Total	62.961	94.265

(1) Inclui R\$ 55.881 mil (2014 - R\$ 73.606 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 21a).

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis (Nota 10b - III)	11.135	14.684
Provisões para pagamentos a efetuar	541	-
Outras	109	180
Total	11.785	14.864

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social no montante de R\$ 1.350.000 mil (2014 - R\$ 1.350.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros	955.162	875.102
- Reserva legal (1)	59.539	55.498
- Reserva estatutária (2)	895.623	819.604

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido	34.688	71.655
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(1.734)	(3.583)
Base de cálculo	32.954	68.072
Dividendos propostos	329	681
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,13	0,27

13) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Benefícios	2.583	2.100
Proventos	1.260	1.050
Encargos sociais	283	236
Total	4.126	3.386

14) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados	10.752	1.590
Amortização de ativo	8.151	-
Propaganda, promoções e publicidade	100	137
Serviços do sistema financeiro	4	7
Transporte	4	17
Comunicação	3	3
Processamento de dados	3	-
Outras	19	19
Total	19.041	1.773

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e taxas	503	7
Contribuição à COFINS	248	1.762
Contribuição ao PIS	40	286
Total	791	2.055

16) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras receitas financeiras (1)	11.257	6.274
Reversão de provisões operacionais	8.392	53
Outras	61	-
Total	19.710	6.327

(1) Inclui R\$ 3.012 mil de variação cambial de valores a receber em euro (Nota 7b).

17) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões operacionais (1)	33.388	-
Outras despesas financeiras	8.826	8.493
Provisões civis	-	1.711
Outras	213	-
Total	42.427	10.215

(1) Provisão para valores a receber de liquidação duvidosa (Nota 7b).

18) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisão para devalorização de outros valores e bens	-	12
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	-	(2)
Total	-	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Administradoras do

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos Auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	2014		
Ativos	Ativos	Ativos	Ativos	
(passivos)	(passivos)	(passivos)	(passivos)	
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	622.206	280.492	2.206	37.463
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	13.217	8.644	721	470
Captações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	(80.559)	-	(10.179)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(329)	(681)	-	-
Banco Bradesco BBI S.A.	4.791	-	824	-
Tibre Holdings Ltda.	151.494	151.494	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 5.500 mil (2014 - R\$ 5.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos	1.260	1.050
Contribuição ao INSS	283	236
Total	1.543	1.286

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.583	2.100
Total	2.583	2.100

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Diversas informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração e Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

a) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

b) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelos instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	23.386	82.633
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(9.354)	(33.053)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	30.687	22.008
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(2.186)	(1.705)
Juros sobre capital próprio recebidos	(329)	-
Outros valores	(7.516)	1.772
Imposto de renda e contribuição social do semestre	11.302	(10.978)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	703	(7.725)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	4.565	673
Utilização de saldos iniciais de imposto de renda e contribuição social:		
Base negativa de contribuição social	1.722	(1.472)
Prejuízo fiscal	4.312	(2.454)
Total dos impostos diferidos	10.599	(3.253)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	11.302	(10.978)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			Saldo em 30.6.2015
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	
Provisões cíveis	6.538	43	2.083	4.498
Provisões fiscais	4.825	64	2.157	2.732
Provisão para perdas e investimentos	1.438	5,45	-	6.889
Provisão para desvalorização de bens não de uso	27	-	1	26
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	1	-	-	